



## **O contexto religioso e as concepções de infância na Literatura Infantil<sup>1</sup>**

Celia Maria Escanfella<sup>2</sup>

Centro Universitário SENAC

### **Resumo**

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma problematização sobre um tema até o momento desconsiderado em estudos sobre literatura infantil e também não explorado no campo de estudos sobre a infância na atualidade – a produção simbólica para crianças no contexto das religiões, mais especificamente, a concepção de infância e de socialização que emerge da produção da literatura infantil de editoras confessionais, quando comparada à produção de literatura infantil de editoras laicas. Com este objetivo, foram sistematizados conhecimentos de diversos campos de saber, como Literatura Infantil, História e Sociologia da Infância. Essa sistematização parcial permitirá, em momento subsequente de pesquisa, a análise comparativa.

### **Palavras-chave**

Ideologia; Infância e Comunicação; Minorias

### **Introdução**

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma problematização, que instrumentalizará pesquisa subsequente sobre as concepções de infância que norteiam a produção de Literatura Infantil de editoras laicas e confessionais. Entende-se aqui que a imagem de infância norteia a produção cultural adulta para crianças (Rosemberg, 1985), isto é, concepções sobre o que pode e o que deve ser dito para as crianças é mediado pela representação de infância e pela noção de socialização dos adultos produtores. Além disso, uma representação da própria infância e das relações entre adultos e crianças é fornecida às crianças. Em consonância com um determinado modelo de socialização, essas representações podem servir para estabelecer ou manter relações assimétricas entre crianças e adultos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 13 – Comunicação e Cultura das Minorias, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

<sup>2</sup> Célia Maria Escanfella - Licenciada em Letras pela UNESP; Mestre em Psicologia Social pela PUC/SP; Doutoranda em Psicologia Social pela PUC/SP; membro do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Idade -PUC/SP; membro da Linha de Pesquisa “Dinâmicas Sócio-cognitivas” do Centro Universitário SENAC; professora de Redação do Centro Universitário SENAC. E-mail: celia.mescanfella@sp.senac.br



Em pesquisa anterior, ao comparar a literatura infantil produzida de 1955 a 1975 àquela produzida de 1975 a 1995, constatei alterações significativas à medida que “novos adultos” se responsabilizaram por essa produção. Uma profissionalização maior gerou o aumento da produção de editoras laicas e diminuição da participação das editoras confessionais, com implicações na estrutura narrativa e nos conteúdos destinados às crianças (Escanfella, 1999).

Ao observar, após 1995, um incremento na produção confessional, optei por problematizar um tema até o momento desconsiderado em estudos sobre literatura infantil e também não explorado no campo de estudos sobre a infância na atualidade – a produção simbólica para crianças no contexto das religiões, mais especificamente, a concepção de infância e de socialização que emerge da produção da literatura infantil de editoras confessionais, quando comparada à produção de literatura infantil laica.

### **Infância: uma categoria analítica**

Adota-se, neste trabalho, a concepção de sociedade como palco de conflitos engendrados por hierarquias de poder, como as de classe, gênero, raça e idade. A infância foi entendida como categoria analítica relacional (adulto-criança), além de ser uma categoria transversal, pois, em um complexo sistema de imbricações, perpassa e é perpassada por classe, gênero e raça, conforme propõe Rosemberg (1985). Tanto como categoria relacional como transversal comporta uma assimetria de poder. Neste sentido, como construção social, as diferenças físicas e psicológicas são resignificadas socialmente, garantindo a hierarquia de poder entre adultos e crianças.

Nos últimos anos, na esfera pública, ocorreu uma divulgação maior dos direitos das crianças e um conseqüente aumento da consciência sobre a questão. O foco da polêmica atual, para além de garantir o direito à proteção e à prestação de serviços, deslocou-se para a discussão em torno da autonomia, ou emancipação da infância em contraposição à dependência com relação ao adulto ou à responsabilidade social quanto à sua educação, segurança e proteção. Esta questão polêmica no campo social, pois revê-la colocaria em cheque a própria estrutura social, seus valores e a forma como se encontra organizada, é talvez a mais complexa do campo teórico no que diz respeito à infância.

Não se pretende aqui dar conta desta questão, mas apresentar alguns aspectos que têm norteado os atuais estudos sobre infância.



Qvortrup (2000) afirma que a Sociologia da Infância se apóia em dois pilares sobre a criança. O primeiro relaciona-se ao reconhecimento da criança como ator social. O segundo relaciona-se com a concepção de infância como categoria constituinte da estrutura social. O autor considera o segundo pilar o mais difícil de ser tratado e compreendido.

Neste sentido, uma questão significativa apresentada por Giddens (apud Montandon, 1997) refere-se ao perigo representado pela eliminação da tensão entre ator social e estrutura social, ao dar ênfase na ação social da criança, ao protagonismo infantil, sem levar em conta que essas ações e experiências das crianças ocorrem em situação sociais estruturadas, e que mecanismos de controle, coerção e violência também constituem a sociedade. As considerações de Giddens reforçam a necessidade de se eliminar o olhar ingênuo e simplista para as questões em torno da infância.

Iniciarei a discussão sobre o segundo aspecto – infância como categoria que constitui a sociedade –; a seguir, retomarei o primeiro aspecto – crianças como ator social.

Quanto à infância como categoria analítica, para Qvortrup (2000), para além de uma perspectiva individualista, a infância como fenômeno social relaciona-se com parâmetros estabelecidos pela economia, política, cultura, tecnologia. Qvortrup se pergunta como, a partir da forma como os parâmetros estruturais se articulam, são distribuídos os recursos disponíveis econômicos, de bem-estar, de direitos, etc. entre os grupos geracionais. Os estudos não têm se atentado para essa questão, segundo Qvortrup, pois normalmente colocam em perspectiva gênero, etnia, classe social, para discutir a distribuição de recursos disponíveis, não levando em consideração a criança, pressupondo que ela receba o mesmo que o adulto das categorias em questão. No entanto, muitas variáveis utilizadas para esses estudos não se aplicam às crianças, não podendo seus resultados ser generalizáveis para a infância.

Para Qvortrup (2000) só é possível entender a infância em termos estruturais como conceito relacional, usando uma perspectiva geracional. Uma objeção a isso poderia ser a multiplicidade de infâncias, dependente de classe, país, passado étnico, gênero. No entanto, de acordo com o autor, todas as crianças possuem algo em comum que as diferencia do adulto: as crianças são consideradas legalmente menores, no sentido de que não possuem direitos plenos; possuem o direito e o dever de ir à escola durante anos; estão sob os cuidados e responsabilidade dos pais; são cada vez mais



institucionalizadas etc. Os fatos, segundo Qvortrup, sugerem que as crianças pertencem a uma categoria geracional semelhante.

Como categoria geracional, infância se define na relação com jovens, adultos e idosos. Dentre essas categorias, adultos seria a mais importante, pois é o grupo de idade dominante. Tratar a infância na perspectiva geracional implica em enfrentar o conflito entre interesses dos grupos geracionais, que parecem ser hostis às crianças (Qvortrup, 2000).

Rosemberg (2003), ao discutir a questão, considera necessário ampliar a discussão em torno do estatuto epistemológico da categoria infância na Sociologia. Pergunta se infância seria uma variável da categoria “idades da vida” e qual o termo lhe seria relacional. Aproxima a questão da discussão de gênero e se pergunta se infância estaria para relações de idade, assim como mulher está para gênero.

Somente, na perspectiva estrutural, segundo Montandon (1997), pode-se, em um plano conceitual mais amplo, romper-se com a concepção de vulnerabilidade natural da infância, e postular-se que, como grupo de idade construído e constituinte da estrutura social, a infância apresenta uma vulnerabilidade estrutural, em outras palavras, uma vulnerabilidade socialmente construída.

O segundo aspecto apresentado por Qvortrup (2000) diz respeito à criança como ator social. Se a sociedade é constituída por relações assimétricas dentre as quais as relações entre adultos e crianças, todas as suas instituições sociais, dentre elas a academia e suas teorias científicas, em alguma medida reproduzem esta mesma ordem social. Ao rever algumas teorias, vários autores fazem a crítica aos paradigmas de estudo sobre infância, que tinham como pressuposto essa relação assimétrica como algo natural (Jenks, 2002; Pinto, 1997; Montandon, 1997; dentre outros).

Ao pensar a pesquisa como uma das instituições sociais, dentre tantas outras, e ao levar em consideração as reflexões atuais da Sociologia da Infância, que propõe uma ruptura com a concepção de infância que informava os principais paradigmas da área, percebe-se uma intensa discussão em torno do conceito de socialização e a tendência das pesquisas tratarem a infância como ator social.

Se, no universo acadêmico, as mudanças em torno da concepção de infância têm sido enfrentadas e assimiladas na produção de conhecimento de diversos pesquisadores de diversas áreas, o mesmo pode não ocorrer sincronicamente em outras instituições. Esta hipótese permite a formulação dessa proposta de trabalho.



## **A literatura infantil**

A literatura infanto-juvenil, que tem sua origem caracterizada por uma postura pedagógica (Ewers, 1998), e, portanto, pela assimetria da relação adulto-produtor e criança-leitora, tem também ao longo de sua história assimilado novas concepções de infância. Portanto, será entendida, aqui, como uma das formas simbólicas que tanto pode reproduzir ou criar novos sentidos a serviço do poder adulto, no aqui e agora, como propor uma relação não-assimétrica entre adultos e crianças.

Ao tratar do surgimento do livro infantil, na Alemanha, Benjamin (1984) aponta as influências do Iluminismo, que teria como objetivo pedagógico transformar a criança, concebida, então, como ser natural, em um homem mais sociável, que utilizasse sua racionalidade, transformando-se em alguém melhor. Assim, para Benjamin, os filantropos, com seu programa humanitário de formação, influíram na produção do livro infantil que adotou uma postura moralista e edificante, buscando influenciar o desenvolvimento das crianças. Se, inicialmente, a cartilha, o catecismo, a enciclopédia ilustrada constituíram o solo sobre o qual o livro infantil se desenvolveu, a seguir, a aridez que aí reinava cedeu lugar a livros que possuíam maior empatia com o que se considera ser o universo infantil. No final do século XVIII e início do século XIX, enciclopédias de gravuras em cobre, coloridas foram dirigidas à infância, seguidas da incorporação de contos de fadas, histórias folclóricas e fábulas no conteúdo dos livros infantis.

Esse vínculo com a pedagogia também foi mencionado por Rosemberg (1985) que, citando Ariès (1978), observa que, a partir do século XVI, pedagogos e moralistas imbuídos da concepção de inocência, proteção e segregação da infância, expurgaram obras clássicas, tidas como de moral duvidosa quando colocadas entre mãos de crianças. Ainda, com base em Ariès, Rosemberg (1985) destaca que, no século XVIII, surgiram livros de civilidade “pueris” e “honestos” destinados às crianças.

Essa dimensão pedagógica decorre da própria função assumida pelo adulto de ensinar a criança a tornar-se um seu semelhante. Esse modelo pedagógico pode ser captado na estrutura do texto, revelando-se, às vezes, mais didático ou mais recreativo, ou em seu conteúdo mais ou menos carregado de “lições de coisas” (Rosemberg, 1976).

Ao apoiar-se na concepção de criança como um ser educável, muitos autores assumem, primeiro, a missão de educadores, depois a de artista. Isto coloca a literatura infantil entre a escola e o lazer e identifica o público leitor ao escolar (Rosemberg, 1977).

Dentro da tradição pedagógica tradicional, segundo Magalhães (1987), caberia à educação a perpetuação da vida social, por meio da validação e transmissão de suas instituições, costumes e crenças frente às crianças, tendendo a modificar qualquer tendência dissonante no comportamento social, pois nessa concepção, os interesses do indivíduo e da sociedade não são vistos como antagônicos, nem conflituosos, sendo qualquer divergência considerada circunstancial.

A dimensão pedagógica permite situar a polêmica em torno de sua função: ela deve ensinar divertindo ou divertir ensinando? Nas duas posições, ensinar a criança aparece como inerente à produção, apenas com alteração da ação a ser privilegiada — divertir ou ensinar. Essa polêmica revela o quanto o olhar para a questão encontra-se circunscrito à concepção de criança como ser educável. A mesma pergunta parece insólita se pensada da ótica da produção literária para adultos.

Se, por um lado, os autores referendam que há textos que apresentam de forma ideológica a questão de origem econômica e social (Zilberman, 1987a; Rosemberg, 1985), de raça e gênero (Rosemberg, 1985; Piza, 1995; Bazilli, 1999; Nogueira, 2000) e de idade (Zilberman, 1987b; Rosemberg, 1985; Martins, 1989; Escanfella, 1999), afirmando que as assimetrias de poder perpassam a própria estrutura narrativa e temática; por outro, eles reconhecem que há textos literários para crianças que permitem a relativização dos valores adultos e desta forma auxiliam na emancipação do leitor-criança.

Nesse sentido, é possível falar que a literatura infanto-juvenil, como forma simbólica, pode mobilizar sentidos que criam ou mantêm a relação assimétrica de poder adulto-criança, mas pode, também, propor formas novas ao leitor, propiciando um questionamento da assimetria de poder adulto-criança.

De acordo com Escanfella (1999), que comparou a produção de literatura infantil de 1975 a 1995 com a produção de 1955 a 1975, analisada por Rosemberg e equipe (1985), várias mudanças se processaram à medida que “novos adultos” se responsabilizaram por essa produção. A autora nomeou laicização da literatura infantil ao processo de diminuição da participação de editoras confessionais na produção de unidades de análise – a história. No período anterior (1955 a 1975), as editoras confessionais respondiam por grande parte das unidades de análise, pois produziam muitas coletâneas.

À medida que o contexto de produção se alterou, com alteração no quadro de editoras confessionais e aumento de editoras laicas, poder-se-ia esperar apenas

mudanças quanto ao conteúdo explícito das histórias, porém, os impactos mais significativos foram observados na própria estrutura narrativa, que sofreram muitas alterações nos anos em questão, o que significa uma nova concepção de infância e uma relação diferenciada entre adulto (produtor) e criança (leitora).

O aumento de livros com uma única história polarizou uma mudança significativa quanto ao tipo de narrativa dirigida às crianças. Anteriormente, muitas das historietas tinham um formato demonstrativo, isto é, um princípio moral era defendido ao longo da história, numa típica produção à tese. Este tipo de produção recuou junto com o recuo de textos históricos e religiosos, e ocorreu um acréscimo de narrativas de ficção científica, aventuras e tramas cujo tema trata da vida cotidiana e de conflitos emocionais. A utilização de recursos narrativos que complexificam a trama e geram uma aproximação com o leitor também aumentou, como narração em 1<sup>a</sup>. pessoa, protagonistas e narradores crianças, não linearidade temporal, mobilidade espacial.

Assim, confirmou-se proposição de Rosemberg (1985) quanto a ser principalmente por meio dos elementos de produção e da estrutura narrativa que se pode apreender a dinâmica da relação adulto-criança expressa na literatura infantil.

Se a pesquisa citada mostra que ocorreu um aumento da produção laica para crianças e mudanças na concepção de infância que a informa, notou-se, nos últimos anos, a intensificação de produção de cunho confessional, produzida por editoras evangélicas, editoras espíritas ou espiritualistas, que, para além do público adulto, buscam no público infantil seus leitores.

## **O problema**

Ao levar em consideração que as religiões no Brasil são fontes de legitimação da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que orientam a vida cotidiana (Pierucci e Prandi, 1998), e diante da ausência de estudos sobre religião que levam em conta a dimensão da infância como categoria analítica estruturante e a criança como ator social, pode-se perguntar como as religiões estariam processando estas transformações quanto às concepções de infância, mediadas pelo debate em torno de uma nova concepção de socialização.

Se, por um lado, pelo processo de secularização, as igrejas perdem o controle de instituições jurídicas e a primazia da construção da cultura e da construção de opiniões dominantes, sofrendo, com frequência, críticas à validade de seus princípios por meio das mídias laicas; por outro lado, o uso das mídias pelas igrejas amplia a percepção do



reencantamento do mundo. Pode-se afirmar que se define um espaço específico de construção e circulação de referenciais simbólicos que interessam às religiões (Martino, 2003).

Um produto utilizado nesse processo de conquista de mentes e corações é a literatura infantil. Como se pôde observar na Bienal do Livro de 2004, em São Paulo, editoras de diversos credos (católicas, espíritas, evangélicas, seicho-no-ie etc.) de forma massiva apresentavam sob a rubrica de literatura infantil narrativas para crianças. É necessário reforçar que estou me referindo a títulos que não são catalogados sob a rubrica de *ensino religioso*, e sim *literatura infantil*. Ao levar em conta esse aspecto, bem como a dimensão pedagógica observada na produção de literatura infantil de 1955 e 1975 de editoras confessionais (Rosemberg, 1985) e o processo de mudança na concepção de infância articulada pela laicização de literatura infantil de 1975 a 1995 (Escanfella, 1999), escolheu-se a literatura infantil produzida por editoras confessionais, que será utilizada como material empírico para a análise com o objetivo de iniciar uma discussão em torno da questão.

Afinal, os adultos envolvidos na produção literária para crianças (sejam de editoras confessionais ou laicas), além de fornecer às crianças uma representação da vida humana e social, baseada na imagem de infância e dos conteúdos que a ela devem ser dirigidos, por meio da literatura infantil, estabelecem concretamente uma relação com a criança leitora (Rosemberg, 1985; Escanfella, 1999).

Pode-se perguntar se a literatura infantil, produzida por editoras confessionais, tem participado das mudanças em torno da concepção de infância. Estaria assimilando as novas concepções, ou, pelo contrário, demonstra grande dificuldade de assimilação da concepção de infância como ator social, pois esta levaria inevitavelmente a uma reconceituação da concepção de socialização, que passaria a ser entendida como processo de mão-dupla, exigindo o rompimento da concepção de socialização tradicional como processo de mão única?

Das questões formuladas, depreende-se uma das hipóteses da pesquisa: a literatura infantil, produzida por editoras confessionais, estaria mais marcada por um conceito de socialização tradicional e por uma proposta relacional mais assimétrica entre adultos e crianças.

Outra hipótese diz respeito ao fato dessas concepções e propostas relacionais assimétricas entre adultos e crianças não se manifestarem necessariamente de forma





explícita no conteúdo, mas se traduzirem em estrutura narrativa e nos elementos que a constituem.

Nessa perspectiva, a literatura infanto-juvenil pode mobilizar e disponibilizar sentidos que visam criar e manter essa assimetria entre adultos e crianças, apoiada numa concepção de socialização tradicional, em que crianças são vistas como seres passivos e objetos de um processo de “inculcação” de valores do mundo adulto, e não como atores sociais, sujeitos ativos que participam e interferem nas definições da vida social.

## Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, [1978]1981.

BAZILLI, Chirley. *Discriminações contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*. São Paulo: Dissertação de mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 1999.

BENJAMIN, Walter. Velhos livros infantis(1924) e Visão do livro infantil(1926). In: \_\_\_\_\_. *Reflexões: a criança, o brinqueado, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

ESCANFELLA, Celia Maria. *Construção social da infância e literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*. São Paulo: Dissertação de Mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 1999.

EWERS, Hans-Heino. La littérature moderne pour enfants. In BECCHI, Egle e JULIA, Dominique (Org.). *Histoire de L'enfance en occident*, v. 2.. Paris: Editions du Seuil, 1998.

JENKS, Chris. Constituindo a criança. *Educação, Sociedade e Culturas*. Portugal: Associação de Sociologia e Antropologia da Educação, no. 17, 2002.

MAGALHÃES, Ligia Cademartori. História infantil e pedagogia. In: ZILBERMAN, Regina e MAGALHÃES, Ligia Cademartori. *Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação*. São paulo: Ática, 1987.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINS, Maria Helena. *Crônica de uma utopia: leitura e literatura infantil em trânsito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MONTANDON, Cléopâtre. La sociologie de l'enfance: l'essor des travaux en langue anglaise. *Educacion et société*: revue internationale de l'educacion. Revista especial: Sociologie de l'Enfance. Vol. 2. Paris/Bruxelas: Département de Boeck Université , 1998.



NOGUEIRA, Dione Maria Sousa. *Um olhar sobre discriminações sexuais na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*. São Paulo: Dissertação de mestrado (Psicologia Social – PUC/SP), 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. Introdução: as religiões no Brasil contemporâneo. In PRANDI, Reginaldo (org.). *Um sopro do espírito*. São Paulo: EDUSP:Fapesp, p. 13-26, 1998.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In PINTO, Manuel e SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). *As crianças: contexto e identidades*. Portugal: Universidade do Minho (Centro de Estudos da Criança, 1997).

PIZA, Edith Silveira Pompeu. *O caminho das águas: estereótipos de personagens femininas negras na obra para jovens de escritoras brancas*. São Paulo: Tese de doutoramento em Psicologia Social (PUC-SP), 1995.

QVORTRUP, Jens. Generation – an important category in sociological childhood research. In *Actas do Congresso Internacional: Os mundos Sociais e Culturais da Infância – Janeiro de 2000*. Volume II. Braga-Portugal: Instituto de Estudo da Criança/Universidade do Minho, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? *Revista Ciência e Cultura* (Separata), vol. 28(12). Educação como uma forma de colonialismo. Simpósio na 28a. Reunião da SBPC, Brasília, 1976.

\_\_\_\_\_. O adulto, a criança e a literatura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: INEP, v. 62, n. 141, pag. 7-15, jan./abr. 1977.

\_\_\_\_\_. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. *Alguns pontos de uma agenda de pesquisa sobre a sociologia da infância*. Xerox, 2003.

ZILBERMAN, Regina. O estatuto da Literatura Infantil. In: ZILBERMAN, Regina e MAGALHÃES, Ligia Cademartori. *Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação*. São Paulo: Ática, 1987a.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil e o leitor. In: ZILBERMAN, Regina e MAGALHÃES, Ligia Cademartori. *Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação*. São Paulo: Ática, 1987b.